

Atletas transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte

Rafael Torres Coelho¹
Rubem Machado Filho²
Edna Luz³
Edson Farret da Costa Júnior⁴

RESUMO:

Este trabalho visa analisar os poucos estudos voltados para o tema: atletas transgêneros, esclarecendo alguns questionamentos relacionados aos indivíduos trans e, reforça também a importância do esporte para este grupo. Os transgêneros estão incluídos em uma minoria, nesse sentido, a realidade trans na sociedade ainda não se aproxima do que é compreendido como ideal, considerando como parâmetros os direitos sociais e humanos. Ainda são escassos os estudos na literatura os quais dizem respeito às reais condições de desempenho e a fisiologia de um atleta trans, isso levanta a discussão sobre a legitimidade deste grupo em competições desportivas, com isso, se faz necessária a pesquisa sobre o tema, tanto para desmistificá-lo para a sociedade, quanto para a comunidade esportiva, essa que necessita de dados fidedignos para manutenção de competições justas. No intuito de equilibrar as desigualdades impostas aos indivíduos transgêneros, o esporte se manifesta como um excelente recurso auxiliador na inclusão e despatologização daqueles que sofrem por tais adversidades, bem como exerce a promoção de sua visibilidade e melhora na qualidade de vida. Mesmo que ainda não haja fundamentação teórica suficiente para conceber um parecer definitivo sobre o assunto, a sociedade de modo geral encara esta questão imbuída por uma onda polarizada de opiniões e ideologias. Como metodologia, foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2003 a 2016. Através do Google Acadêmico, utilizamos as palavras chaves: transgêneros no esporte, endocrinologia e fisiologia do exercício e selecionamos seis artigos das Revistas: *Fertility and Sterility*, *European Journal of*

¹ Aluno de graduação da Universidade Salgado de Oliveira do curso de Educação Física, campus São Gonçalo.

^{2 3 4} Professores de graduação da Universidade Salgado de Oliveira do curso de Educação Física, campus São Gonçalo.

Endocrinology, The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, Journal of Sporting Cultures & Identities, Sports Medicine (Auckland), e Sportsmedicine. Destarte, todos os artigos analisados abordam questões sobre transgêneros, tanto no âmbito social, quanto no desempenho atlético, bem como a sua comparação com atletas cisgêneros. Como principais resultados, podemos comprovar o decréscimo de desempenho de atletas transgêneros em comparação a atletas cisgêneros. Também foi observado que indivíduos trans encontram grande resistência para ingressarem em ambientes que promovem atividades físicas. Apesar de não haver ainda evidências concretas de que um indivíduo transgênero esteja apto para competir na categoria com a que se identifica, estudos apontam que esses atletas não possuem vantagens significativas que corroborem o seu impedimento. Contudo, consideramos que apesar de suas limitações, estudos recentes apontam que uma atleta trans está mais equiparada a uma atleta mulher cisgênero do que um homem, isso justificaria as diretrizes vigentes relacionadas aos atletas transgêneros nos esportes.

Palavras-chave: transgêneros; minorias; esporte; fisiologia.

ABSTRACT: This study aims to analyze the few studies focused on the subject: transgender athletes, clarifying some questions related to trans individuals and also reinforces the importance of sport for this group. Transgenders are included in a minority, in that sense, trans reality in society still does not approach what is understood as ideal, considering social and human rights as parameters. There are still few studies in the literature that relate to the real performance conditions and the physiology of a trans athlete, this raises the discussion about the legitimacy of this group in sports competitions. Therefore, it is necessary to research on the subject, both to demystify it for society, as well as for the sports community, which requires reliable data to maintain fair competitions. In order to balance the inequalities imposed on transgender individuals, sport is an excellent resource for the inclusion and depathologization of those who suffer from such adversities, as well as promoting their visibility and improving their quality of life. Even if there is not enough theoretical basis for a definitive opinion on the subject, society in general views this issue imbued by a polarized wave of opinions and ideologies. As a methodology, articles published between 2003 and 2016 were selected. Through Google Scholar, we used the key words: transgender in sports, endocrinology and exercise

physiology and we selected six articles from the Journals: Fertility and Sterility, European Journal of Endocrinology, The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, Journal of Sporting Cultures & Identities, Sports Medicine (Auckland), and Sportscience. Thus, all articles analyzed deal with transgender issues, both in the social sphere and in athletic performance, as well as their comparison with cisgenic athletes. As main results, we can verify the decrease of performance of transgender athletes in comparison to cisgenic athletes. It has also been observed that trans individuals find great resistance to enter environments that promote physical activities. Although there is still no concrete evidence that a transgender individual is able to compete in the category with which he is identified, studies indicate that these athletes do not have significant advantages that corroborate their impediment. However, we consider that despite its limitations, recent studies indicate that a trans athlete is more equated with a female athlete than a man, this would justify the current guidelines related to transgender athletes in sports.

Key words: Transgender; Minorities; Sport; Physiology.

1. Introdução

O estudo de gênero é um campo de pesquisa das ciências sociais que tem como objetivo compreender o fisiologismo das relações de gênero. O gênero por sua vez é o termo que classifica pessoal e socialmente as pessoas como homens ou mulheres, não estabelecendo ligação direta com o sexo biológico. Pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer são classificadas como cisgêneros e as que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído são classificadas como transgêneros (JESUS, 2012).

A sociedade alimenta expectativas sobre o gênero dos indivíduos acreditando que o sexo biológico necessariamente deva estar associado à sua identidade de gênero (MONEY, 1955 *apud* JESUS, 2010). Pessoas pertencentes à população transgênero vivem a margem da sociedade em razão do estigma criado por grupos ou indivíduos que acreditam serem anormais as manifestações de

transgeneridade³, resultando aos trans a posição de minoria excluída e marginalizada (JESUS, 2010).

Considerando o contexto de exclusão vivenciado por pessoas trans, o esporte se manifesta como uma das ferramentas essenciais para a inclusão, promovendo não só a inserção deste grupo a sociedade, como também viabilizando benefícios tanto mentais quanto físicos (JONES *et al.*, 2016). O número de pessoas trans praticantes de esportes tanto em níveis escolares, amadores ou profissionais é ínfimo por conta do cenário excludente atual, a partir desta observação levante-se o seguinte alerta: pessoas transgêneras estão excluídas de práticas profiláticas, virtualmente considerando para elas menores graus de bem-estar, maiores chances de serem afetadas por doenças e conseqüentemente, obterem menores expectativas de vida.

Mesmo com todas as adversidades impostas, alguns atletas transgêneros estão se inserindo ao esporte, no entanto, obviamente sofrem com a falta de preparo por parte da comunidade esportiva e da sociedade em lidar com questões de transgeneridade (JONES *et al.*, 2016).

No dia 10 dezembro de 2017⁴, a atleta Tiffany Abreu se tornou a primeira trans a competir em uma partida oficial de voleibol em território brasileiro. Considerando as questões de gênero como polêmicas, sua liberação para competir na categoria feminina vem sendo massivamente contestada em razão de: apesar de cumprir os requisitos exigidos pela Comissão Brasileira de Voleibol (CBV) e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), há controvérsias em relação a real condição física de um atleta trans comparada a atletas cis, portanto é contestada a sua legitimidade no esporte.

Após sua liberação para competir na categoria feminina, em menos de seis meses atuando no voleibol profissional já se torna possível observar o impacto e a importância da representatividade dos esportistas de nível profissional para indivíduos que pertencem a grupos minoritários, isso paralelamente as opiniões contrárias sobre a permanência da atleta pela categoria supracitada. A figura de um

³ Condição de um indivíduo que expressa o próprio gênero de forma diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascer.

⁴ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/em-dia-historico-tiffany-estreia-e-sao-caetano-bate-volei-bauru-pela-superliga.ghtml>. Acesso em 12/02/2018, às 18h: 59.

atleta trans em xeque pode catalisar um grande debate na sociedade, analisando por essa perspectiva Jones *et al.* (2016, p. 702) relatam que o “aumento na visibilidade pode fazer com que algumas pessoas reflitam e questionem sobre identidade de gênero”.

Este artigo aborda as perspectivas e questionamentos sobre a inserção de minorias no esporte, bem como através da revisão bibliográfica averiguar as particularidades de um atleta transgênero no alto. O estudo proposto tem como objetivo analisar como se dão os fatos, o impacto e as consequências desses acontecimentos, com isso levantar informações que possam vir a contribuir para o debate na sociedade e comunidade esportiva.

2. Justificativa

Inicialmente, a relevância deste trabalho se justifica pela escassez de estudos específicos relacionados às condições e adversidades vivenciadas por atletas transgênero. No entanto, este grupo não somente experimenta condições desfavoráveis no esporte, efetivamente, indivíduos transgêneros sofrem por terem direitos essenciais cerceados, culminando para eles o status de minoria discriminada, bem como patologizada.

De fato, o esporte é uma excelente ferramenta de inclusão, nesse sentido, seria viável estabelecer a conexão entre um grupo culturalmente excluído às práticas esportivas, objetivando a sua inserção na sociedade, todavia, indivíduos trans têm encontrado dificuldades no ingresso as tais atividades, por conta da incapacidade das organizações esportivas em lidar com questões de transgeneridade. A revisão de literatura poderá contribuir no entendimento de tais pontos, descomplexificando o tema proposto.

3. Objetivo

Este trabalho tem por objetivo investigar os temas relacionados aos indivíduos transgêneros no esporte, no intuito de contribuir para uma melhor e mais profunda análise sobre o tema em si, aspirando contrabalancear o senso comum. Da

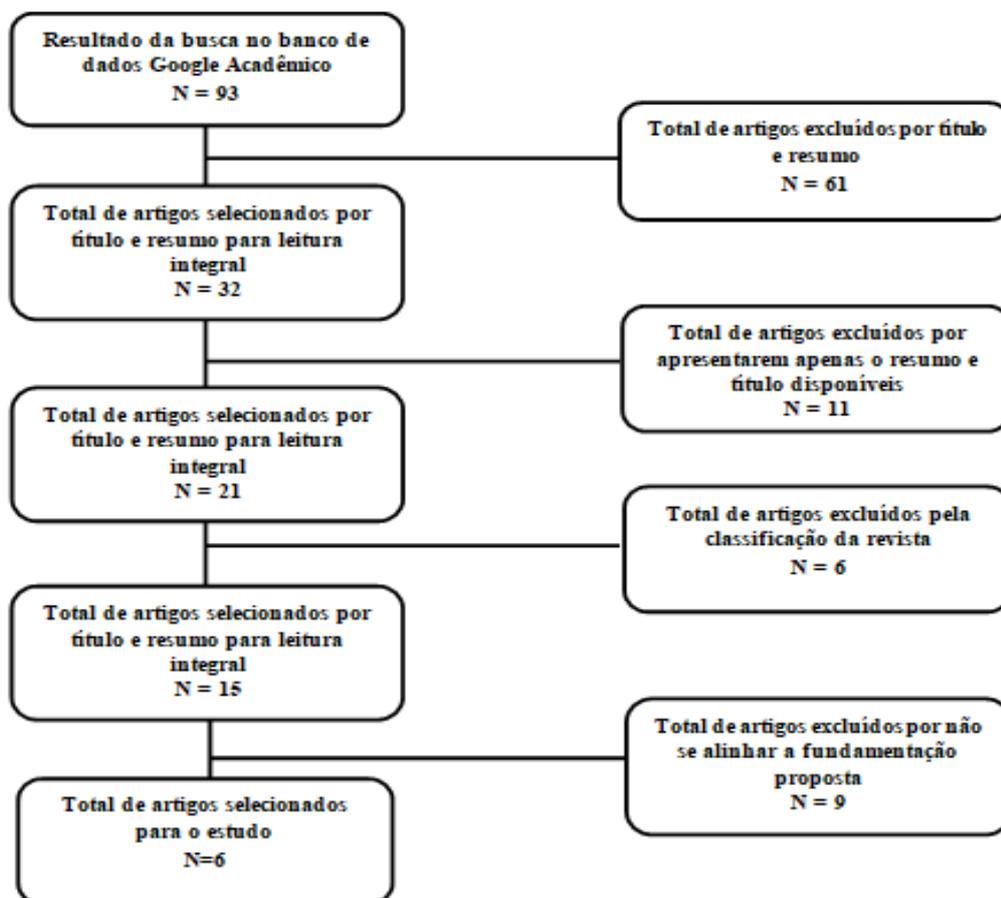
mesma forma, considerar os diversos fatores que influenciam a jornada e o desempenho desse grupo de atletas.

4. Metodologia

Esse estudo cunho qualitativo foi produzido através de revisão bibliográfica, baseando-se pelo método de pesquisa exploratória que consiste de modo geral em aproximar o objeto de estudo a luz da realidade, construindo bases para novos conceitos e perspectivas perante o tema em alvo.

Para confecção deste trabalho foram selecionados artigos que datam o período de 2003 a 2016, dos quais se referem a: transgêneros no esporte, fisiologia do exercício e humana. Através do banco de dados Google Acadêmico foram encontrados 93 artigos referentes ao alvo da pesquisa, sendo utilizados na busca os descritores: transgêneros no esporte, endocrinologia e fisiologia do exercício. Após analisar estes artigos, somente 06 foram selecionados, todos online e de língua inglesa. Os artigos selecionados foram publicados pelas revistas: Fertility and Sterility (01), European Journal of Endocrinology (01), The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism (01), Journal of Sporting Cultures & Identities (01), Sports Medicine (Auckland) (01), Sportscience (01).

Os artigos foram selecionados a partir do dia 02 de fevereiro de 2018 até dia 17 de maio de 2018, dos estudos analisados, 87 foram descartados por apenas disponibilizar o resumo do trabalho ou por não possuírem o Qualis de classificação, com exceção de 1 artigo que foi publicado em revista sem classificação, no intuito de promover uma melhor fundamentação teórica do estudo proposto. A metodologia exercida na progressão da pesquisa está representada no seguinte fluxograma:



5. Apresentação e Discussão dos Resultados

QUADRO 01. SÍNTESE DOS 06 ARTIGOS SELECIONADOS PARA O ESTUDO

Autores	Objetivo	Amostra	Metodologia	Principais Resultados
Rickenlund et al. 2003 Fertility and Sterility: Qualis Capes – A1	Avaliar mecanismos endócrinos subjacentes à amenorreia em atletas.	51 mulheres atletas com condições menstruais diversas divididas em 4 grupos.	6 horas de treinamento aeróbico de sustentação de peso das pernas ou um mínimo de 70 km de corrida, ou 6 horas de treinamento de resistência específico semanalmente.	O subgrupo hiperandrogênico apresentou o maior VO2 máximo e os maiores valores de desempenho em geral.

<p>Louis J. G. Gooren e Mathijs C. M. Bunck.2004</p> <p>European Journal of Endocrinology:</p> <p>Qualis Capes – A1</p>	<p>Analisar os efeitos da privação de andrógenos e de sua administração em transgêneros.</p>	<p>Privação androgênica em 19 M-F e administração de andrógenos a 17 F-M.</p>	<p>Análise através de amostras sanguíneas e imagens de ressonância magnética.</p>	<p>Houve redução significativa dos volumes de massa muscular, testosterona, hemoglobina e IGF-1 em M-F no período de 1 ano, em F-M houve um aumento em tais marcadores.</p>
<p>Bermon et al. 2014</p> <p>The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism:</p> <p>Qualis Capes – A1</p>	<p>Medir níveis séricos de andrógenos em mulheres atletas.</p>	<p>849 atletas de elite do sexo feminino passaram pela análise de testosterona sérica, o sulfato de dehidroepiandrosterona, androstenediona, SHBG e gonadotrofinas.</p>	<p>Mensurado por cromatografia líquida com espectrômetro de massa.</p>	<p>A prevalência de DSD hiperandrogênico 46XY em nossa população de atletas é de aproximadamente 7 por 1000.</p>
<p>Joanna Harper. 2015</p> <p>Journal of Sporting Cultures & Identities:</p> <p>Qualis Capes – B5</p>	<p>Analisar os tempos de corrida de oito corredores transgêneros femininos, que competiram em corridas a distância tanto masculina quanto feminina.</p>	<p>8 corredores transgêneros de longa distância.</p>	<p>Os tempos foram coletados durante um período de sete anos . O processo de coleta consistiu em procurar mulheres transexuais corredores de longa distância, principalmente on-line, e depois pedir que enviassem os tempos das corridas.</p>	<p>Os 8 corredores tiveram tempos de corrida muito mais lentos no gênero feminino do que no masculino. As diferenças de tempo eram tão grandes que os desempenhos com graduação de idade permaneceram constantes para o grupo.</p>
<p>Bethany Alice Jones et al. 2016</p> <p>Sports Medicine (Auckland):</p> <p>Qualis Capes – A1</p>	<p>Não houve revisão sistemática da literatura referente à participação de indivíduos transgêneros no esporte. Portanto, esta revisão teve como objetivo abordar essa lacuna na literatura.</p>	<p>8 artigos de pesquisa e 31 políticas esportivas revisadas.</p>	<p>Revisão sistemática.</p>	<p>Na atividade física relacionada ao esporte, a revisão encontrou ausência de ambientes inclusivos e confortáveis é a principal barreira à participação para pessoas transexuais.</p>

<p>Joanna Harper, Jonathan O. Betancurt e Maria J. Martínez- Patiño.</p> <p>2016</p> <p>Sportscience:</p> <p>Qualis Capes – Não cadastrado</p>	<p>Verificar o desempenho de atletas corredores transgêneros antes e depois da transição de sexo.</p>	<p>1 velocista, 01 remador, 01 ciclista, e 3 corredores de longa distância, tanto antes quanto depois da transição baseada em gênero.</p>	<p>Para os tempos de corrida de todos os corredores foi dada uma pontuação graduada por idade usando as tabelas WMA . O sistema de classificação etária é projetado para explicar a diferença de desempenho baseada em gênero de 10-12%.</p>	<p>Ciclista: tinha o limiar de lactato de 304 watts e, em 2016, seu limiar de lactato era de 270 watts. Os tempos do remador para dois quilômetros no ergômetro antes e depois de 18 meses de TRH foram 7:01 e 7:25 respectivamente. O remador foi 6% mais lento.</p>
--	---	---	--	---

A jornada das minorias no esporte

Na literatura das ciências sociais, o termo minoria se refere a um grupo de indivíduos que em determinadas relações sociais, se encontra em circunstâncias de desvantagem ou submissão, comparadas a outro grupo majoritário. É comum que o grupo majoritário discrimine o minoritário, esta prática evidencia o status de vulnerabilidade social: identidade em formação, luta contra o poder hegemônico e estratégias discursivas em prol do avanço contra a opressão, são características pertencentes a minorias (NUNES, 2012).

Maria Lenk, o símbolo

Feminizar a mulher é, sobretudo, feminizar a aparência e o uso do seu corpo. A postura, a voz, o rosto, os músculos, o modo de vestir, de gesticular e exercitar sua sexualidade são sujeitos à vigilâncias e inibições que são internalizadas a partir de uma submissão ao "outro". Sendo este "outro" abstrato, coletivo e socialmente imposto (GOELLNER, 2000, p.62).

Existe culturalmente a ideia de que a mulher deva se comportar e agir através de conceitos pré-estabelecidos, tendo a sua liberdade de escolha suprimida por diversos fatores que culminam na anulação de sua voz ativa na sociedade

(GOELLNER, 2000). No ano de 1932, o Brasil registrou a participação de sua primeira atleta nos Jogos Olímpicos, na cidade de Los Angeles, Estados Unidos. Aos dezessete anos, Maria Lenk se tornou um símbolo importante para o avanço das conquistas sociais femininas com sua participação nas Olimpíadas. Sua imagem estava associada a uma mensagem libertadora, um aval que dava permissão as mulheres praticarem esportes e até talvez participarem de uma competição internacional. Estima-se que a falta de representatividade da mulher, mesmo em dias atuais, ainda está relacionada a estigmas culturais (MAIDANA *et al.*, 2017).

Uma mulher atleta foi por muito tempo uma ideia majoritariamente conflitante contra padrões heteronormativos estabelecidos pela sociedade: um corpo feminino forte, veloz e fisicamente ativo representava ameaça não somente a suposta ideia difundida e solidificada da fragilidade da mulher, também ameaçava subjetivamente o posto absoluto de maioria opressora masculina, que se prevalecia da sua força como um dos quesitos que os distinguiam, e os evidenciavam, em relação a seu suposto status de superioridade perante as mulheres. Nesse sentido, a maneira com a qual mulheres se vestiam, falavam, ou se exercitavam era fruto do controle e das intenções patriarcais que traduziam sua imagem tal como a de um ser fragilizado, contudo esse termo pode ser contestado justamente porque mulheres fazem parte de um grupo que resistiu e lutou contra as mais diversas circunstâncias hostis, por toda a história (ARRUDA e BORGES, 2015).

Quando Maria Lenk na década de 30 abriu as portas do esporte mundial para atletas brasileiras participando das Olimpíadas, deu um dos pontapés iniciais para a jornada ativa e presente da mulher no esporte e sociedade. Uma atleta pertencente a uma minoria fazer parte do maior evento esportivo do mundo repercutiu-se em um grande impacto representativo.

Vasco da Gama na luta contra o racismo

Em 1904, o Vasco inaugurava sua trajetória de pioneirismo. Pela primeira vez na História dos clubes esportivos do Brasil, um não-branco é eleito presidente. Após as eleições, os vascaínos tiveram a honra, em uma época que o racismo era prática comum no esporte, de conduzir o mulato Cândido José de Araújo ao degrau mais alto do clube (VASCO, 2000).

No início do século passado, indivíduos favorecidos por pertencerem às elites no Brasil eram majoritariamente brancos, os negros recém-libertados da escravidão pertenciam ao nível mais baixo da pirâmide social, esses sobreviveram a muitas intempéries provenientes do racismo e exploração branca. É datado que uma classe economicamente superior à outra exerce seu poder contra a menos favorecida, dentro desse contexto surgem as manifestações segregatícias imbuídas no preconceito. Portanto classe social e raça podem ser consideradas como duas estratificações da sociedade que se interseccionam devida às complexas relações compartilhadas entre si (HIRATA, 2014).

Com mais de 300 anos o período escravocrata no Brasil deixou marcas profundas na sociedade que resistem cicatrizar, após longos anos de exclusão e sofrimento enfim fora oficializada em 1888, a declaração de abolição, momento marcado como um novo começo para a população negra brasileira. Porém, apesar de terem sido atenuados muitos problemas, a nova realidade dos negros libertos ainda não se aproximava do ideal, nascia nesse período um novo tipo de opressão.

Apesar de livres, agora os ex-escravos miseráveis e sem posses enfrentam as mais diversas dificuldades, conseguir emprego ainda não poderia ser uma realidade para todos como afirma Carvalho (1992, *apud* Costa, 2015, p. 105) “a abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados...”.

Nos primórdios da história do futebol no Brasil, a burguesia era o grupo que representava quase hegemonicamente o esporte, embora o futebol não ter demorado a cair no gosto popular, a grande maioria das pessoas não tinha acesso aos campos dos clubes pertencentes a elite do futebol. Foi através dos campos de várzea e ruas acidentadas que trapos se transformaram em bolas e troncos se improvisaram em balizas, fazendo brotar da criatividade do povo o “futebol arte”, feliz e sagaz como é o de hoje, reconhecido ao redor do mundo.

O Clube de Regatas Vasco da Gama foi o primeiro clube a inserir atletas negros em sua equipe, rompendo uma barreira nunca antes vencida, a barreira da discriminação. O clube não só se destacou porque acolheu pardos, negros e pobres, os quais recentemente haviam sido libertados da escravidão e viviam subjugados à sua própria sorte, destacou-se também por gerenciar o desempenho de seus atletas,

responsáveis por alavancarem seu time rumo a grandes vitórias, os mesmos atletas que antes foram menosprezados por times considerados da elite (SANTOS, 2012).

Sete anos após sua institucionalização no futebol, que antes fora fundado com uma equipe de remo, o Vasco vence o seu primeiro título consagrando-se campeão da Série B da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT) no ano de 1922, permitindo o acesso para a série A. Os grandes clubes cariocas identificados como a elite do futebol, pertencentes à série A da Liga não se sentiram ameaçados com a ideia de disputar um campeonato contra um time basicamente formado por negros e pobres, que treinavam em um campo precário. Essas equipes foram as mesmas que se surpreenderam com a conquista do campeonato do Vasco em 1923.

Obviamente a vitória de um time composto por negros e pobres não seria aceita com facilidade pela comunidade futebolística: “o medo de que os camisas negras repetissem a façanha no ano seguinte levou os grandes clubes a abandonar a Liga Metropolitana [...]” (VASCO, 2000?, n.p.). Depois de presenciar a vitória de um time que não pertencia à elite, tanto do futebol quanto da sociedade, as equipes burguesas do futebol carioca fundaram a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), no intuito de dificultar o acesso de equipes que não faziam parte da elite no Rio de Janeiro, através de estatutos com cláusulas rigorosas que impediam atletas analfabetos e sem profissão de participarem das partidas. Não havia razões lógicas para impedir o acesso de jovens atletas negros aos campos de futebol no Brasil, a única lógica evidente era a do racismo puramente traduzido em ações segregatícias, representado pelos clubes que compunham a elite do futebol carioca. Muito se avançou no que diz respeito ao combate a discriminação, atualmente a sociedade de modo geral abomina práticas de cunho racista, embora muitos indivíduos racistas não se considerarem como tal. (SACCO, COUTO e KOLLER, 2016)

Homofobia no esporte e sociedade

Galo Queer, Cruzeiro Maria, Bambi Tricolor, Palmeiras Livre, Grêmio Queer, Queerlorado, entre outras, são comunidades resultantes da articulação de torcedores, que produzem e divulgam conteúdos com o propósito de colocar em xeque o padrão normatizador vigente nos estádios e no universo do futebol [...] (PINTO; ALMEIDA, 2014, p. 107).

Episódios relacionados à homofobia protagonizados por torcedores, independente do esporte ou do time que torcem, são datados por várias décadas. Em períodos passados, não havia comoção por parte da sociedade em defesa das vítimas de preconceito, a divulgação da mídia nesses casos também era quase inexpressiva, senão inexistente. Ao longo dos anos, com o progresso não só em território nacional, bem como no mundo, a compreensão e os direitos relacionados às liberdades individuais têm avançado perante os padrões normatizadores pré-estabelecidos pela sociedade, nesse sentido, atualmente faz parte da agenda midiática a publicização da homofobia e outros tipos de preconceito. Destacando o assunto através do viés esportivo, consideramos que as torcidas pertencem a um dos setores da sociedade onde se evidencia ocorrências de práticas homofóbicas, com isso torna-se evidente a necessidade de discussão dentro da comunidade esportiva (ANJOS, 2015).

Exercendo seu papel na formação de novos cidadãos, a escola é o lugar onde podemos identificar na criança fatores que possivelmente irão resultar em comportamentos ligados a discriminação e preconceito. Segundo Prado e Almeida (2016, p. 98) “é através de nossos corpos que estabelecemos contato relacional com o mundo”, desse modo, a educação física escolar permanece como uma das frentes diretas no acompanhamento do educando através de vivências corporais e lúdicas, com o dever de transmitir ensinamentos pautados no respeito ao semelhante, bem como exercer a vigilância sobre quaisquer comportamentos que dentro de suas atividades fiquem caracterizados como manifestações comportamentais de discriminação, preconceito ou exclusão do próximo, seja por questões de cor, gênero, orientação sexual, dentre outros.

A realidade atual demonstra que dentro das aulas de educação física o machismo impera e oprime aqueles que se manifestam corporalmente fora dos padrões entendidos como másculos, por isso justifica-se a atenção ao tema pressuposto (PRADO e RIBEIRO, 2016).

Raros são os casos em que pessoas declaradamente LGBT conseguem ser verdadeiramente incluídas nas equipes tradicionais. Participar da LiGay é, acima de tudo, sinalizar à sociedade e ao mundo do futebol que existimos e que muitos de nós fomos e somos preteridos[...] - Thyago Ribeiro dos Santos (RODRIGUES, 2017, n.p.).

Mesmo depois de sofrer com o preconceito vivenciado dentro de campo, a paixão pelo futebol fez com que grupos assumidamente gays formassem equipes para disputar um campeonato amador, composto por 100% de atletas gays. A Champions Ligay dá espaço a uma parcela da sociedade que antes fora excluída desse esporte tão querido para os brasileiros e, contribui para um maior alcance LGBT na sociedade e comunidade esportiva.

Para Habowski e Conte (2017, p.98) “historicamente, nossa cultura ridiculariza pessoas homossexuais”, entretanto, a partir da fala de uma das espectadoras do evento, podemos observar que há esperanças na mudança desse cenário: “Achamos legal trazer o nosso filho, que é um bebê, para entender que existe diversidade no mundo e não é para ter nenhum preconceito – Renata Linhares e Felipe Brassá” (BULLÉ, 2017, n.p.).

Considerando a inserção de minorias no esporte, é possível destacar o avanço gradual sob os obstáculos impostos estruturalmente na sociedade, isso indica que a humanidade aponta para novos horizontes, onde cada vez mais pessoas poderão usufruir seu direito a liberdade, bem como obter uma maior capacidade de optar por seus próprios caminhos, isto sem o receio de serem rejeçadas ou oprimidas.

Representatividade trans nos esportes

Para Gomes (2010, p.13) a “visibilização cada vez maior da população trans se enquadra em um projeto político de emancipação, relacionado à publicização de suas necessidades específicas, suas histórias, suas posições sociais [...]”. Assim como mulheres, negros e homossexuais fizeram e fazem até hoje, transgêneros buscam reverter esse quadro de submissão e invisibilidade que vivenciam dentro da sociedade contemporânea. Se analisarmos a partir de uma rota cronológica, transgêneros vem por último nesta leva de grupos minoritários em busca da libertação de padrões hegemônicos pautados pelo autoritarismo das majorias, com isso, a sua representatividade dentro dos diversos setores sociais se faz importante, visto que o grupo ainda sofre com a ausência de itens básicos como: saúde, educação e emprego.

Ser o primeiro homem trans de uma seleção masculina dos Estados Unidos foi um sonho que se tornou realidade para mim. Sempre quis meu nome em uma camisa. Representar nosso país no mais alto nível, em meu esporte, é simplesmente fantástico. É apenas sensacional. É uma incrível oportunidade, e uma incrível oportunidade também para outras pessoas se verem refletidas em alguém que tenha sucesso no esporte como um homem trans (NIKE, 2016, n.p.).

Finalmente sentindo-se confortável com o seu corpo, Chris Mosier, o primeiro atleta assumidamente transgênero na história a fazer parte da equipe masculina americana de duatlo disse em reportagem: "por 29 anos, não gostei de tirar uma foto porque a maneira como eu era capturado no filme não era o modo como via a mim mesmo", declaração dada pelo atleta após posar para a edição especial Body Issue da revista ESPN The Magazine (CUNNINGHAM, 2016, n.p.). Atualmente se configura um período histórico onde os transgêneros conseguem dar início a uma nova perspectiva de vida no âmbito social e esportivo, contrariando o seu passado desafortunado. Corpos considerados como não binários sempre foram alvos de depressão devido a heranças históricas de discriminação e patologização, sendo esses corpos atribuídos a um viés majoritariamente biológico e não de gênero (JESUS, 2013).

Hudson Taylor, fundador da Athlete Ally, uma organização que combate a homofobia e transfobia no esporte, argumenta que: "ter o primeiro atleta transgênero no Body Issue é inovador porque ele irá celebrar a fisicalidade transgênero e mostrará a todos que você pode ser o seu eu autêntico enquanto compete no esporte que você ama"(CUNNINGHAM, 2016, n.p.). A visibilidade que Mosier adquiriu fez com que a imagem dos transgêneros fosse amplamente propagada, sendo ele um atleta, terá a chance de se tornar um indivíduo que inspira admiração pelas pessoas que acompanham o seu trabalho com a sua representatividade.

Mosier foi capaz de quebrar mais uma barreira ao ser convidado pela Nike, uma das maiores empresas do setor de material esportivo do mundo para ser garoto propaganda em uma campanha intitulada "*Unlimited*" que tem por objetivo enaltecer atletas que superam os seus limites, essas conquistas culminaram em seu reconhecimento como o maior ícone transgênero nos esportes da história.

A transmissora de televisão americana NBC em sua cobertura nos jogos olímpicos do Rio 2016, transmitiu o vídeo que homenageava Mosier fazendo com

que sua imagem fosse propagada em grande escala, isso se for considerada a grande audiência adquirida referente ao período dos jogos olímpicos. Nenhum outro atleta transgênero conseguiu conquistar na história tamanha representatividade ou visibilidade.

No Brasil, no dia 05 de dezembro de 2017 a equipe feminina de vôlei Bauru, atuante na Superliga de Voleibol, anuncia a contratação da jogadora Tiffany Abreu para compor a equipe na posição de oposta. Tiffany foi a primeira atleta trans brasileira a ser autorizada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB) a competir na categoria feminina e a primeira a atuar na Superliga Brasileira de Voleibol. Sua vinda para competir por uma equipe brasileira gerou uma grande repercussão polarizada, tanto entre as jogadoras e profissionais do esporte, quanto na população de modo geral. Muitos emitiram publicamente suas opiniões através das mídias convencionais e das redes sociais, as quais amplamente debateram o tema.

Na Itália, outra jogadora foi alvo dos holofotes da mídia ao ser considerada a primeira jogadora trans a competir na categoria feminina. Alessia Ameri, que apesar de ser reconhecida como transgênero, possui a Síndrome de Morris, condição congênita definida pela incapacidade das células em interagir com hormônios andrógenos, dificultando ou inviabilizando a formação do pênis no feto, do mesmo modo as características sexuais secundárias masculinas, condição essa conhecida como intersexualidade.

Somando todas as manifestações e características anatômicas, fisiológicas e comportamentais componentes daquilo que entendemos como gênero, se justifica sua complexidade quando, principalmente, analisada através do viés esportivo. Transgêneros, assim como outros grupos minoritários estão lutando por espaço dentro do esporte, no entanto há um longo caminho a ser percorrido, talvez ainda mais longo comparado a outros grupos em razão da complexidade relacionada ao atleta trans. Muito além de apenas lidar com questões de preconceito que, por si só já exercem grande peso sobre o caso, profissionais esportivos de áreas distintas estão sendo submetidos a numerosos questionamentos a respeito da elegibilidade de um atleta trans competindo numa categoria equiparada ao seu gênero.

A história dos atletas assumidamente trans no esporte se inicia com a tenista profissional Renée Richards que jogou pela categoria masculina entre a década de

50 e 60, de modo geral, nesse tempo o ingresso de minorias no esporte ainda caminhava a passos lentos. No ano de 1975, já com 40 anos de idade fez a cirurgia de redesignação sexual (CRS) e mudou-se para outra cidade para reestruturar a sua vida, incluindo em seus planos competir pela categoria feminina.

Sem comunicar as autoridades esportivas, Richards inscreveu-se em torneios de tênis e passou a competir pelo naípe com o qual se identificava, em 1976 venceu o Torneio de La Jolla Tennis, porém foi descoberta por uma jornalista que a revelou por já ter competido antes como homem. Depois de ter sido delatada ao público, sofreu com as retaliações da sociedade e da comunidade esportiva, logo em seguida foi convidada por um amigo a participar de um torneio. Chegando ao evento presenciou um boicote com mais de vinte atletas que decidiram não participar em caráter de protesto.

A Associação de Tênis dos Estados Unidos (USTA) exigiu da atleta a realização do teste de sexo, o que comprovaria a sua real condição biológica. Richards se negou e decidiu levar o caso para a justiça. Impedida de participar em partidas oficiais, Richards conseguiu nos tribunais obter o seu direito de competir pela categoria feminina após uma jornada de batalhas judiciais. Sua estreia pelo naípe feminino veio no ano de 1977 quando já alcançava seus 43 anos. Competindo pelo individual, encarou atletas com vinte anos a menos de idade, nesse período não conseguiu nenhuma conquista individual expressiva, tirando o fato de poder competir com as mulheres. Competindo em dupla realizou o seu maior feito conquistando um segundo lugar com sua parceira Betty Ann Stuart.

XY é homem? XX é mulher? Corpos não binários no esporte

Segundo Reeser, (2005, *apud* Sullivan, 2011) são raras as vezes que homens e mulheres competem juntos ou entre si, isso se justifica por conta da preocupação com o fair play (ELSAS *et al.*, 2000). Para existir uma competição justa é necessário garantir o mínimo de condições igualitárias entre os competidores, para que não se extrapolem as vantagens ou desvantagens, porém, é observável em alguns esportes, o desempenho de determinados atletas que evidentemente possuem características exacerbadas no que dizem respeito ao desempenho em excelência, como por exemplo: Michael Phelps e Usain Bolt.

Em meados do século vinte, foram notadas algumas atletas em diferentes modalidades que apresentavam subjetivos traços masculinos, logo surgiu a discussão sobre a legitimidade dessas supostas atletas ao competirem contra as mulheres, com isso a ideia de elaborar testes para verificação do sexo biológico. O primeiro registro de teste de verificação de gênero nos esportes existente surgiu nas Olimpíadas de Berlin em 1936, com a corredora Helen Stephens dos Estados Unidos. Nos jogos, a corredora tinha como rival Stella Walsh, as duas atletas tiveram suas identidades questionadas pelo fato de apresentarem características masculinas, tais como: capacidades físicas e morfologias. Após Stephens vencer e registrar um recorde mundial, não é evidente a origem dos rumores, no entanto estes permeiam entre os jornalistas e a própria Walsh em acusar Stephens de ser homem. Porém, antes da competição, há relatos de que Stephens havia passado por testes visuais que consistiam na análise de sua genitália, com isso, foi constatado por intermédio de generais alemães a sua feminilidade (ELSAS *et al.*, 2000).

Outras fontes indicam que o teste foi feito após as acusações e por integrantes do comitê olímpico. Ironicamente quatro décadas depois, foi descoberto através de uma autópsia realizada no corpo da corredora Walsh, a existência de órgãos genitais ambíguos. Ao longo dos anos casos como esses se repetiram, e as organizações esportivas começaram a se movimentar e pensar a respeito de atletas com características físicas ambíguas. Certificados médicos de feminilidade passaram a ser exigidos pelas organizações para atletas mulheres, porém em competições internacionais as nações não confiavam nos certificados expedidos por outras:

[...] implementaram uma verificação genital obrigatória de todas as mulheres competindo em jogos internacionais. Em alguns casos, isso envolvia o que veio a ser chamado de “desfile nu”, quando cada mulher aparecia, de calcinha caída, diante de um painel de médicos; em outros, envolvia as mulheres deitadas de costas e puxando os joelhos até o peito para uma inspeção mais próxima. Várias mulheres soviéticas que dominaram o atletismo internacional abruptamente desistiram, consolidando a convicção popular de que os soviéticos haviam enganado as autoridades (PADAWER, 2016, n.p.).

Os testes de verificação de gênero adotados pelas organizações esportivas eram demasiadamente humilhantes para as atletas, neles as mulheres foram obrigadas a submeter seus corpos nus a uma banca avaliadora. Agredidas em prol de uma vigilância machista, algumas atletas abandonaram o esporte para não sofrerem com os abusos das políticas reguladoras de gênero impostas. Após serem criticadas por tais métodos, as organizações encontraram um menos invasivo para verificar a real condição biológica de uma atleta, o teste cromossômico foi utilizado pela primeira vez nos esportes com a corredora Ewa Klobukowska, da Polônia, que após vencer a medalha de ouro nos jogos olímpicos de Tóquio em 1964, foi vítima da mídia ao ser alvo de notas que explanavam as suas supostas características masculinas.

Em 1967 a Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF) testou Klobukowska e constatou que a atleta era portadora de uma anomalia cromossômica a qual não fora revelada especificadamente, com isso, a organização retirou dela as medalhas que havia ganhado, a desqualificou para competir contra as mulheres e ainda a acusou de ser um impostor que se passava por mulher. No ano seguinte Klobukowska engravidou e deu a luz a um filho, mas só depois de muitos anos obteve o reconhecimento e suas medalhas de volta do COI.

O teste cromossômico partiu de um princípio binário, a comunidade esportiva e médica acreditava que ao analisar pares de cromossomos de um atleta seria possível descobrir o seu sexo, XX, no caso das mulheres e XY, no caso dos homens, para eles esse era o único tipo de combinação possível, ou aceitável. No entanto a questão das combinações cromossômicas vai além de XX e XY:

[...] o sexo não é uma simples dicotomia. Mas as coisas se tornam ainda mais complexas quando os cientistas se aproximam para examinar as células individuais. A suposição comum de que cada célula contém o mesmo conjunto de genes é falsa. Algumas pessoas têm mosaicismo: elas se desenvolvem a partir de um único óvulo fertilizado, mas se tornam uma colcha de retalhos de células com diferentes composições genéticas (AINSWORTH, 2015, p.3).

O gênero não deve ser apenas observado pelo viés biológico, pessoas se identificam e se manifestam instintivamente de acordo com o seu gênero e orientação sexual independente de suas características morfológicas (BASTOS e ANDRADE, 2016). Para Butler (1990, p.25) “[...] o gênero não está para a cultura

como o sexo para a natureza”, desse modo, pessoas cis e trans podem apresentar características consideradas como não binárias, fora de padrões heteronormativos.

As definições médicas vão falar que a intersexualidade é uma anomalia genética, mas você enxerga na natureza casos prevalentes de intersexualidade. Nas plantas e nos animais isso não é um problema. Hoje, para mim, a intersexualidade é um acontecimento durante o encontro dos DNA[s] humanos que se insere na evolução. O corpo intersexo é parte da humanidade, mas como temos a prática cultural de padronizar corpos e criar estereótipos, ele é visto como anômalo. – Amiel Vieira (FÁBIO, 2018).

Indivíduos considerados intersexuais desmantelam a ideia de dimorfismo criada em relação ao sexo biológico porque extrapolam a imagem do sexo culturalmente entendido como dicotômico, apresentando inúmeras formas alheias e incongruentes com o que era conhecido como normal (SILVA e SILVA, 2017). O intersexual é classificado como uma pessoa que possui características biológicas estruturais e sexuais ambíguas ou diversas da maioria das pessoas. Considerando isto a partir do eixo homem-mulher: cromossomos, órgãos sexuais e características sexuais secundárias são particularidades que, nesse caso, confundem-se nos intersexuais com os padrões biológicos comumente conhecidos, ao apresentar novas combinações entre tais aspectos.

Cromossomos XX, genitália feminina, maiores níveis de estrogênio, poucos pelos no corpo e maior percentual de gordura corporal são características conhecidas em mulheres; Cromossomos XY, maiores níveis de testosterona, genitália masculina, pelos densos, menor percentual de gordura e maior massa muscular são atributos conhecidos como masculinos. Tais características são, comumente, as que diferenciam os homens das mulheres, porém, no grupo dos indivíduos categorizados como intersexuais, podemos observar um número extremamente elevado dessas combinações, como nos exemplos: cromossomos XY, genitália feminina, maiores níveis de estrogênio; ou: cromossomos XX, genitália ambígua e maiores níveis de testosterona. Acredita-se que o número de intersexuais é de aproximadamente 7 para 1000, numa população de atletas (BERMON *et al.*, 2014).

Após a implementação do teste de gênero nos esportes, foi descoberto um número significativo de atletas que possuíam características ambíguas, contudo, ao longo dos anos, com a realização dos testes e estudos no campo da medicina

esportiva, não foi observado que tais características trouxessem algum tipo de vantagem para atletas mulheres XY, resultando no final da década de 90, o fim desse tipo de teste que: além de não identificar corretamente o gênero de um indivíduo, também tinha custo excessivo para as organizações (ELSAS *et al.*, 2000).

A discussão ressurgiu quando a corredora Caster Semenya ganha com grande folga a medalha de ouro na prova de 800 metros, no Mundial de Atletismo em Berlim. Seu desempenho chamou a atenção das autoridades esportivas que, logo exigiram da atleta exames laboratoriais, contudo, estes exames tinham como foco outro marcador biológico, a testosterona. Foram observados na atleta, níveis endógenos de testosterona muito acima da média das mulheres, o que seriam considerados equivalentes aos níveis masculinos. Semenya para competir teve que seguir uma norma da IAAF que consistia em reduzir os níveis de testosterona a 10 nmol/L. Atualmente muitas organizações esportivas adotam esses critérios com o objetivo de manter o status da justiça no esporte, no entanto, para categorias masculinas, não foi encontrado na literatura qualquer informação a respeito de alguma restrição para atletas masculinos, com superiores níveis de testosterona.

Se mulheres com características ambíguas encontram até hoje grandes barreiras para competir pelo seu naipe, não seria diferente se atletas transgêneros também encontrassem. Somente em 2004 que os transgêneros foram liberados pelo COI para competir dentro da categoria com a qual se identificavam, os requisitos para um atleta se enquadrar dentro das normas eram: se tiver sido submetido a CRS antes da puberdade, poderá competir na categoria a qual se identifica, se for realizada após, deverá apresentar reconhecimento legal de seu gênero, realizar CRS, estar em terapia hormonal (TH) por no mínimo 2 anos e viver em seu novo gênero atribuído por no mínimo dois anos. Essa regulamentação permanece até o ano de 2015⁵ quando o COI atualiza e abrandece tais normas.

A nova regulamentação considera um atleta transgênero elegível para competir quando: no caso de homens trans não há restrições, no caso de mulheres trans, essas devem se auto declarar como mulheres por no mínimo 4 anos e ter seus níveis de testosterona abaixo dos 10 nmol/L, por no mínimo 12 meses antes de

⁵ Disponível em:

https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf

uma competição, independe se realizaram ou não a CRS, e o período em que a fizeram (pré ou pós puberdade), esta é a norma vigente no momento (JONES *et al.*, 2016).

Atualmente muito se discute a respeito da elegibilidade de uma atleta transgênero competindo pela categoria de gênero com a qual se identifica pela premissa de que: esse indivíduo, apesar de apresentar características majoritariamente entendidas como femininas, pode obter algum tipo de vantagem contra suas oponentes por ainda manter resquícios de uma possível masculinidade, no que tange as capacidades físicas,. A discussão quando paira sobre a elegibilidade de um atleta trans de mulher para homem (M-H) é bem menos polemizada pelo fato de que: mesmo com a realização da TH objetivando estabilizar os níveis de testosterona equiparando-os a de um homem, entende-se que é bem mais improvável que este atleta alcance o desempenho de um atleta homem e cisgênero, isso justifica as normas mais brandas submetidas a este grupo (GOOREN e BUNCK, 2004).

A problematização desse tema se dá junto à escassez de trabalhos específicos na literatura disponíveis para o embasamento de uma possível ação afirmativa em prol dos atletas transgêneros ou de seu impedimento para competir na categoria equiparada a sua identidade de gênero (HARPER, 2015).

Caso Tiffany

Iremos propor algumas questões em volta de supostas vantagens ou desvantagens que uma atleta transgênero pode ou não apresentar. No caso, iremos nos basear no exemplo da atleta Tiffany Abreu, que fez a transição (H-M), a categoria trans mais controversa no âmbito esportivo. Esclarecemos que uma das dificuldades desse tema são justamente o grande número de esportes existentes e as grandes variações étnicas, sociais e culturais no mundo que influenciam o desenvolvimento físico, cognitivo e técnico de um indivíduo, por isso iremos nos ater apenas ao exemplo de uma atleta transgênero, jogadora de voleibol e brasileira.

Tiffany deu início a TH no final de 2012, em 2014 realizou a CRS, antes disso jogou por clubes brasileiros e europeus. Desacreditada de seu sonho em

poder competir com as mulheres, Tiffany pensava em desistir do voleibol porque não tinha certeza se poderia jogar no feminino algum dia. Continuando no masculino, vivenciou uma drástica queda em seu desempenho, em virtude das intervenções da TH e CRS.

Com muita surpresa, no ano de 2017 recebeu a liberação da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) para competir pela categoria feminina, a atleta teve a oportunidade de reestrear pela equipe feminina de voleibol Golem Software Palmi, da segunda divisão da Itália. Após sua passagem conturbada pela Europa, a atleta retorna ao Brasil assinando com a equipe de voleibol Vôlei Bauru.

A sua vinda para o Brasil coincide com um período difícil para os brasileiros que sofrem com altos níveis de desemprego, desestabilidade econômica, desmantelamento das instituições públicas e um racha no âmbito político que polarizou grande parte população. Esse racha tange nas discussões sociais, culminando num embate entre movimentos e grupos de indivíduos que defendem suas causas, com isso, a discussão da elegibilidade de uma atleta trans entra diretamente em pauta nos seus discursos e manifestações, visto que: questões de gênero estão em voga na sociedade. Há aqueles que se antecipam aos estudos e já afirmam com grande indubitalidade o que deva ser feito nesses casos, definindo se é justo ou não a regulamentação vigente, mesmo sem averiguar com rigor o que a literatura diz a respeito.

Tiffany, com a estatura de 1,94cm, foi a primeira atleta trans a competir em alto nível no voleibol brasileiro, é considerada boa jogadora e até conseguiu lugar de destaque ao quebrar um recorde em quadra. Isso serviu como mais um combustível para incendiar a polêmica, pois foi deduzido que o fato dela ter quebrado um recorde supostamente seria a prova cabal de que a mesma possuiria vantagens sobre as suas oponentes.

Na temporada 2017/2018, Tiffany marcou 308 pontos distribuídos em 14 jogos e 57 sets, dando a ela uma média de 5,4 pontos por set, a mesma média da jogadora do Osasco, a oposta Tandara, que alcançou essa média disputando 116 sets e pontuou 626 vezes. O quesito de desempate nesse caso recai sobre o atleta com menos sets disputados, com isso Tiffany encabeçou a maior média de pontos por sets da competição, mas não a maior pontuação total dos jogos. Outro fator não ponderado é o da sua eficiência de ataque: Carol Gattaz é a jogadora que liderou

esse ranking com 57% de aproveitamento, isso até o período em que Tiffany havia alcançado a marca de 30 sets disputados, com a marca de 45% de aproveitamento. Com esse percentual, Tiffany não ficou sequer entre as cinco melhores nesse quesito, logo, muitos evidenciam os seus acertos, contudo omitem ou desconhecem seus erros, esse é um fato que deva ser considerado.

Nessa temporada, Tiffany ao pontuar 39 vezes numa partida contra o Praia Clube, quebrou o recorde de 37 pontos antes feitos por Tandara. Logo em seguida Tandara também atingiu a marca de 39 pontos numa partida, se igualando e dividindo o recorde com a primeira atleta trans de voleibol a atuar na Superliga.

Antes de Tiffany jogar pelo Vôlei Bauru, a equipe se posicionava em nono lugar na classificação da competição, após perder para o Praia Clube nas quartas de final, encerrou sua trajetória na temporada em oitavo lugar após perder para a equipe que foi em seguida campeã do evento, dessa maneira, sua participação na competição pareceu não ter influenciado de forma acima do comum, se for estabelecido um paralelo entre antes e depois de sua contribuição para a equipe.

Sua estatura, que não é muito distante da média das atletas da Superliga, também é questionada por conta dos benefícios que obteve da testosterona antes da CRS e TH. Comprovadamente esse hormônio influencia as medidas antropométricas de um indivíduo, no entanto, Tiffany tem uma estatura equivalente a de uma jogadora de voleibol cisgênero, isso também favoreceria sua elegibilidade para competir pelo naipes feminino, pelo menos por esse aspecto (HARPER, 2015).

Outro argumento contra a atleta seria a respeito do tempo que treinou e competiu contra homens, incluindo o período que vivenciou a diferença da altura da rede masculina que: é de 2,43m para a feminina que mede 2,24m. Supõe-se que a atleta obteve benefícios por ter sempre competido contra homens e por estar adaptada a uma rede mais alta que a feminina, o que supostamente resultaria para ela vantagens sobre as atletas cisgêneros que não vivenciaram o mesmo.

Em seu trabalho, Gooren e Bunck (2004) constataram que após realizar a CRS de (H-M) e TH num período de um ano, o indivíduo submetido apresenta diminuição de massa muscular e óssea, aumento de adiposidade corporal, redução do número de hemácias e níveis de testosterona, todos esses fatores relacionados ao desenvolvimento e manutenção da: força, potência, agilidade e mobilidade, fatores esses determinantes para um bom desenvolvimento atlético, por exemplo. A

partir desse estudo é possível chegar à conclusão de que: o corpo transgênero (H-M) perde grande parte de suas características masculinas no processo de feminilização, contudo não é possível afirmar que essa perda seja significativa o suficiente para tornar o atleta trans elegível para competir na categoria com a qual se identifica.

Pessoas transgêneras (H-M) sofrem com perdas significativas que podem acometer seu desempenho com o advento da CRS e TH. Esse é um dos grandes pontos chave da discussão: se as atletas transgêneras experimentam tais adversidades físicas, aparentemente justifica-se a sua equiparação com as mulheres cisgêneras.

No exemplo da jogadora Tiffany, seu corpo é interpretado para muitos como maior e mais musculoso que a maioria de suas oponentes, no entanto, se essa afirmação for verdadeira, poderia evidenciar mais uma suposta desvantagem para a atleta.

Fisiologia de gênero

Um corpo maior seria mais pesado, logo, a força para movê-lo deveria ser equivalente ao seu tamanho, mas não é o que acontece entre indivíduos trans, estes perdem sua força consideravelmente por conta das intervenções clínicas de feminilização, com isso lidam com corpos hipoteticamente mais robustos, porém mais fracos. É considerável que: quanto maior ou mais pesado um atleta trans (H-M) for, maiores serão as desvantagens para ele, pois a força que operava este corpo no passado, agora existe em menor escala, com isso, entende-se que supostamente uma atleta trans vive em desequilíbrio entre sua força e o seu corpo, não há evidências de que essa adaptação após a redesignação seja totalmente bem acomodada pelo sistema.

Através das intervenções clínicas que se submetem, indivíduos trans podem obter efeitos adversos tanto na CRS, quanto na TH, contudo, ainda aparentam manter marcadores fisiológicos femininos (HARPER, OSPINA e PATIÑO, 2016?). Devido às alterações severas de sua homeostase, e das complicações que isso pode trazer, levanta-se a hipótese de que seja essa mais uma das desvantagens que uma atleta transgênero tem de lidar.

Atualmente, para uma atleta transgênero ser elegível a fim de competir no feminino, é necessário seguir a recomendação do COI que exige o período mínimo de 12 meses de (TH), mantendo os níveis de testosterona abaixo de 10 nmol/L, sem haver a necessidade da CRS, esse valor também deve ser respeitado em mulheres cisgêneros. Tiffany manteve seus níveis de testosterona nos últimos exames periódicos em 0,2 nmol/L, um valor que costuma ser baixo até para atletas cis. Estes exames são exigidos a cada 2 meses, partindo desse princípio que: os níveis de testosterona são o principal e único marcador fisiológico indicador de benefícios ou prejuízos desportivos vigente.

No entanto, para o caso de mulheres hiperandrogênicas, existe a ideia de que maiores níveis de testosterona, para elas, deveria ser um fator de inclusão no esporte, não contrário, como afirmam Rickenlund *et al.* (2003, p.955): “o hiperandrogenismo essencial pode implicar uma vantagem para o desempenho físico e pode desempenhar um papel no recrutamento e seleção de indivíduos para atividades esportivas.”.

Contudo, apenas verificar os níveis de testosterona isoladamente não parece ser algo suficiente para tornar elegível ou não o atleta trans no esporte, isso se for considerada a quantidade de fatores que poderiam influenciar em seu desempenho além da testosterona. Nesse sentido, torna-se aparente a fragilidade da regulamentação do COI, ainda mais se considerarmos a ideia de que indivíduos com níveis semelhantes de testosterona não apresentam níveis semelhantes de força, ou seja, atletas com os mesmo níveis de testosterona podem apresentar desempenhos diversos (GOOREN e BUNCK, 2004).

6. Considerações finais

A literatura oferece poucos dados comparando atletas transgêneros em relação aos cis, os resultados desses poucos estudos apontam que: mulheres trans submetidas à CRS e TH reduziram diversos marcadores biológicos relacionados às capacidades físicas e desempenho. No entanto, estes trabalhos não elucidaram todas as questões em torno do assunto, ainda há uma grande demanda de trabalhos voltados a este tema, pois, o mesmo é de grande complexidade e são inúmeros os fatores que influenciam as capacidades físicas de um atleta transgênero. Com isso,

ainda permanece difícil a realização de uma mensuração segura a respeito do que possa ser ou não vantagem ou desvantagem para indivíduos transgêneros no esporte.

Além disso, surge o questionamento a respeito da regulamentação masculina em detrimento da feminina: por que mulheres cis e trans precisam controlar sua testosterona endógena no intuito de evitar um possível desequilíbrio esportivo e homens não? Por que os esportistas de destaque masculinos permanecem livres de contestação e, não apenas isso, são glorificados por suas façanhas, enquanto as mulheres que detêm naturalmente maior potencial esportivo são rechaçadas e constantemente alvos de vigilância?

Contudo, apesar de suas limitações, estudos recentes apontam que uma atleta trans está mais equiparada a uma atleta mulher cisgênero do que um homem, isso justificaria as diretrizes vigentes relacionadas aos atletas transgêneros nos esportes.

9. Referências

AINSWORTH, C. Sex Redefined. **Nature**, v. 518, n. 7539, p. 274-450, Fevereiro 2015.

ANJOS, L. A. D. “VÔLEI MASCULINO É PRA HOMEM”: REPRESENTAÇÕES DO HOMOSSEXUAL E DO TORCEDOR A PARTIR DE UM EPISÓDIO DE HOMOFOBIA. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 11-24, Janeiro-Março 2015.

ARRUDA, N. B.; BORGES, A. D. C. A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA SOBRE A MULHER EM TEXTOS ESCOLARES. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 10, n. 2, p. 128-150, 2017.

BASTOS, ; ANDRADE, M. “SER MULHER NÃO TEM A VER COM DOIS CROMOSSOMOS X”: IMPACTOS DA PERSPECTIVA FEMINISTA DE GÊNERO NO ENSINO DE CIÊNCIAS. **Revista Diversidade e Educação**, p. 56-64, julho-dezembro 2016.

BOTTA, E. Globo Esporte. **Globo Esporte**, 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/em-dia-historico-tiffany-estreia-e-sao-caetano-bate-volei-bauru-pela-superliga.ghtml>>. Acesso em: 23 Dezembro 2017.

BULLÉ, J. Globo Esporte. **Globo Esporte**, 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/respeito-tolerancia-e-equipe-afeminada-campea-marcam-a-champions-ligay.ghtml>>. Acesso em: 22 março 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade**. [S.l.]: Imagem Virtual, 1990.

COSTA, C. E. C. D. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, Junho 2015.

CUNNINGHAM, S. NbcNews. **NbcNews**, 2016. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/chris-mosier-first-trans-athlete-pose-espn-s-body-issue-n597146>>. Acesso em: 15 de abril, 2018.

ELSAS, L. J. et al. Gender Verification of female athletes. **Genetics in Medicine**, v. 2, n. 4, p. 249-254, Julho- Agosto 2000.

FÁBIO, A. C. NexoJornal. **Nexo**, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/02/03/O-que-é-intersexualidade.-E-como-é-se-descobrir-intersexual>>. Acesso em: 9 de Maio, 2018.

VASCO DA GAMA. **Clube de Regatas Vasco da Gama**, 2000? Disponível em: <<http://www.vasco.com.br/site/conteudo/detalhe/29/1904-1-presidente-nao-branco-candido-jose-de-araujo>>. Acesso em: 10 de fevereiro, 2018.

VASCO DA GAMA. **Clube de Regatas Vasco da Gama**, 2000? Disponível em: <<http://www.vasco.com.br/site/conteudo/detalhe/35/1923-os-camisas-negras>>. Acesso em: 22 de fevereiro, 2018.

GOELLNER, S. V. A educação física e a construção de imagens feminilidade no Brasil dos anos 30 e 40. **Movimento**, v. 13, 2000.

GOOREN, L. J. G.; BUNCK, M. C. M. Transsexuais and competitive sports. **European Journal of Endocrinology**, v. 151, p. 425-429, 2004.

HABOWSKI, A. C.; CONTE, E. Homofobia no ambiente escolar: uma revisão de paradigmas. **Revista Caminhando**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 97-117, Janeiro-Junho 2017.

HARPER, J.; OSPINA, J. B.; PATIÑO, M. J. M.-. Analysis of the Performance of Transgender Athletes. **SPORTSCIENCE**, 2016.

HARPER, J. Race Times for Transgender Athletes. **Journal of Sporting Cultiries & Identities**, Champaign, v.6,n.1, p.1-9, 2015

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. StillmedOlympic. **StillmedOlympic**, 2015. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf>. Acesso em: 19 de Fevereiro, 2018.

JESUS, G. D. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **revista do programa de pós-graduação em ciências da ufrn**, v. 11, n. 2, julho-dezembro 2010.

JESUS, J. G. D. **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS**. Brasília: [s.n.], 2012.

JESUS, J. G. D. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JONES, B. A. et al. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports Medicine (AUCKLAND)**, v. 47, p. 701-717, Outubro 2016.

MAIDANA, A. S. et al. O PÓDIO É DELAS: AQUI A MULHER TEM VOZ E ESPAÇO NO ESPORTE. **REVISTAS SOCIAIS & HUMANAS**, Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, 2017.

N. News.Nike. **Nike News**, 2016. Disponível em: <<https://news.nike.com/news/unlimited-courage-chris-mosier>>. Acesso em: 15 de fevereiro 2018.

NUNES, P. G. Minorias: Apontamentos e reflexões no campo científico. **CONTEMPORÂNEOS: REVISTA DE ARTES E HUMANIDADES**, v. 10, maio-outubro 2012.

PADAWER, R. NYTimes. **The New York Times Magazine**, 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/07/03/magazine/the-humiliating-practice-of-sex-testing-female-athletes.html>>. Acesso em: 9 Mario 2018.

PINTO, M. R.; ALMEIDA, M. B. AS TORCIDAS QUEER EM CAMPO: A EMERGÊNCIA DE GRUPOS QUE QUESTIONAM A HOMOFOBIA E O MACHISMO NO FUTEBOL. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 106-116, Agosto 2014.

PRADO, M. D.; RIBEIRO, I. M. ESCOLA, HOMOSSEXUALIDADES E HOMOFOBIA: REMEMORANDO EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 97-114, Janeiro-Abril 2016.

RODRIGUES, A. Terra. **Terra**, 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/lance/vai-comecar-a-champions-ligay-conheca>>

as-historias-e-como-surgiu-o-primeiro-brasileirao-homossexual,68f9921a8bca0c734f0936bf9ab8f064zpr0w9f1.html>. Acesso em: 22 de março, 2018.

SACCO, A. M.; COUTO, M. C. P. D. P.; KOLLER, S. H. Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. **Temas psicol.** , Ribeirão Preto , v. 24, n. 1, p. 233-250, Março 2016.

SANTOS, E. **Racismo no Futebol**. Brasília: Ser, 2012.

SILVA, M. G.; SILVA, M. M. A SANÇÃO NORMALIZADORA EM CORPOS INTERSEXO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE FOUCAULT E BUTLER. **Inter-Legere – Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal, n. 21, p. 122-144, julho/dezembro 2017.

SULLIVAN, C. F. Gender Verification and Gender Policies in Elite Sport: Eligibility and "Fair Play". **Journall of Sport and Social Issues**, v. 35, n. 4, p. 400-419, Novembro 2011.